

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
ACERCA DA MOROSIDADE NOS
PROCESSOS DE ANÁLISE E
LIBERAÇÃO DE ALVARÁS PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE.

A Vereadora Paula Calil, no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais, com amparo no artigo 31 da Constituição Federal, nos artigos 161 e 162, § 3º, incisos V e VI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, e no artigo 41, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, requer, respeitosamente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sejam encaminhadas a esta Casa de Leis, por meio da Secretaria competente, as seguintes informações sobre os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para emissão de alvarás e demais liberações ambientais:

- Qual é o prazo médio atual para emissão de alvarás, licenças e autorizações ambientais, especialmente voltados para residências populares, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável?
- Quantos processos estão atualmente em análise ou aguardando despacho final na referida secretaria?
- Existe déficit de pessoal técnico ou estrutura insuficiente que esteja impactando o andamento dos processos administrativos?
- Quais medidas estão sendo adotadas pela Secretaria para reduzir a morosidade e os entraves burocráticos nos processos de licenciamento ambiental e urbanístico, que, segundo relatos, têm causado o "travamento generalizado" da construção civil em Cuiabá?







• Quais são as ações planejadas ou em curso para minimizar os impactos socioeconômicos, como a perda de empregos no setor da construção civil, decorrentes da demora na liberação de projetos habitacionais?

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente noticiado e debatido em sessão ordinária desta Casa de Leis, a morosidade nos processos de liberação de projetos habitacionais pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável tem causado sérios prejuízos ao setor da construção civil em Cuiabá. Tal situação não apenas agrava o déficit habitacional no município, mas também impacta diretamente a geração de empregos, com estimativas de que apenas uma grande construtora local deixará de lançar novos empreendimentos no segundo semestre de 2025, resultando na perda de aproximadamente 250 postos de trabalho.

Diante da gravidade do cenário, é imprescindível que o Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizatória, obtenha esclarecimentos detalhados sobre as causas dessa paralisia administrativa e as medidas que o Poder Executivo está adotando para saná-la. A presente solicitação visa assegurar a transparência e a eficiência na gestão pública, bem como promover ações que atendam às necessidades da população cuiabana, especialmente no que tange ao acesso à moradia digna e à manutenção de empregos.

Ademais, é válido mencionar que, nos termos do art. 32, inciso I, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a recusa injustificada ou o retardamento deliberado na prestação das informações requeridas configuram condutas ilícitas passíveis de responsabilização.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões, em 03 de julho de 2025.

VEREADORA PAULA CALIL – PL

Câmara Municipal de Cuiabá



